

■ NACIONAL

Mercado formal exige mais e paga menos

Dados do Ministério do Trabalho apontam crescimento de vagas no primeiro trimestre para até quatro salários mínimos

Ana Paula Fernandes
do Rio

A recuperação dos índices de emprego formal desde o ano passado vem acompanhada da constatação de que, enquanto crescem as vagas de até quatro salários mínimos, diminuem os postos com remuneração acima desse patamar. Os empregos formais criados no primeiro trimestre deste ano totalizam 163,5 mil, mas 127,3 mil pagam até dois salários mínimos, segundo o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) do Ministério do Trabalho. No mesmo período, as demissões para as faixas entre 4 e 15 mínimos superaram as contratações em 15,5 mil.

Os dados mostram que, apesar da baixa remuneração, o mercado exige mão-de-obra mais qualificada. A maior parte das contratações — 75,5 mil, ou 46% do total no trimestre — foi de pessoas com segundo grau completo. Somado com os saldos de postos para pessoas com o superior incompleto e completo, representa 71% das contratações.

Diagnóstico					
Saldo das vagas dos empregos formais no 1º trimestre do ano, por idade, instrução e remuneração					
Faixa etária		Grau de instrução		Faixa de remuneração	
10 a 14 anos	176	Analfabetos	-9.813	Até 0,5 salário mínimo	1.228
15 a 17	20.704	Até 4ª série incompleta	-770	De 0,5 até 1	25.791
18 a 24	101.075	4ª série completa	-1.114	Mais de 1 e 1,5	32.489
25 a 29	20.823	Até 8ª série incompleta	13.787	Mais de 1,5 e 2	67.813
30 a 39	23.413	8ª série completa	28.308	mais de 2 e 3	46.621
40 a 49	7.881	Até 2º grau incompleto	15.762	Mais de 3 e 4	2.657
50 a 64	7.694	2º grau completo	75.557	Mais de 4 e 15	-15.500
65 ou mais	-2.187	Até superior incompleto	11.667	mais de 15 e 20	730
Ignorada	-668	Superior completo	29.730	Mais de 20	1.163
		Ignorados	409	Ignorados	542
Total			163.523		

Fonte: Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) Ministério do Trabalho

“O quadro da remuneração mostra que a exigência de maior grau de escolaridade não significa que estão sendo criados postos melhores”, diz o professor Anselmo Luís dos Santos,

pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp. Para ele, diante da massa de desempregados, os empregadores po-

dem escolher mão-de-obra mais qualificada e pagar menos. “A estrutura produtiva brasileira não está se movendo a ponto de criar vagas melhores, como ocorreu durante o processo de industrialização do País.”

A também pesquisadora da Unicamp Cátia Alessandra Nunes chama a atenção para o fato de que 57% do saldo de vagas no primeiro trimestre está no setor de serviços, que normalmente oferece condições mais precárias do que a indústria. “As garantias são

menores, as jornadas mais extensas e a remuneração tende a ser menor do que na indústria”, diz o secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores, Carlos Alberto Grana.

O diretor da rede hoteleira Luxor, Angelo Vivacqua, confirma que o maior nível de exigência nas contratações não vem necessariamente acompanhado de remuneração melhor. Segundo Vivacqua, o melhor grau de instrução do brasileiro alterou as exigências dos processos de seleção. “Há alguns anos, tínhamos garçons quase analfabetos e hoje todos têm pelo menos o primeiro grau completo”, diz.

Isso significa que o pessoal com maior qualificação ocupa as mesmas vagas que antes pertenciam àqueles com escolarização mais limitada. Segundo Vivacqua, os mesmos postos exigem hoje desempenho melhor porque os clientes são mais exigentes. A rede Luxor tem dois hotéis no Rio de Janeiro e dois em Minas e 700 empregados efetivos.

O gerente de Recursos Humanos da empresa de telefonia celular ATL, Jorge Cunha, diz que o fato de atuar em um setor de alta tecnologia leva a um comportamento diferente em relação à média do mercado de tra-

balho. Entre os cerca de 1.600 empregados da empresa, cerca de 40% têm nível superior e o segundo grau completo é o mínimo exigido. “Precisamos de pessoal qualificado para fazer as coisas acontecerem.”

Para o especialista em mercado de trabalho Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, é exagero dizer que o emprego formal no Brasil está se precarizando. “Os dados têm de ser relativizados. O fato de o País estar gerando empregos formais é indicativo de melhora da qualidade”, diz. “O incremento desse tipo de emprego simplesmente não fazia parte da conjuntura anterior.”

Dados do Caged mostram ainda que o maior volume de contratações está entre 18 e 24 anos. A diferença entre admissões e demissões nessa faixa é de 101 mil vagas. De 15 a 17 anos, o saldo é de 20,7 mil vagas, bem próximo das 20,8 mil para quem tem entre 25 e 29 anos. “Esses postos, em sua maioria, dão menos benefícios e baixa remuneração”, afirma Cátia, da Unicamp.